

# Novelo de contradições

O Congresso é fragmentado em 19 partidos, nenhum deles com mais de 20% dos parlamentares. Cada um dos grandes partidos, PT inclusive, é dividido por correntes e grupos internos. O presidente da República tem extrema dificuldade para tomar decisões. Em consequência, não comanda o seu Ministério. No interior do Executivo, tanto na administração direta como nas empresas estatais, existem cadeias de interesses, corporativos e financeiros, que funcionam como partidos burocráticos. Frequentemente, os seus objetivos conflitam com os da cúpula dirigente, nomeada por critérios políticos, mais mutáveis. Conflitam, inclusive, com os objetivos gerais do Governo.

O Judiciário, que se está revelando o mais corporativista dos poderes, chega ao ponto de recusar-se a enviar a uma CPI o processo sobre as obras do novo prédio do STJ, que está orçado em US\$ 270 milhões e, segundo o Tribunal de Contas da União, teve a sua construção atribuída à empreiteira OAS sem licitação pública. Teria havido um acréscimo imotivado de CR\$ 65,6 bilhões no valor do contrato global da empreitada. Essa contradição enfraquece a Justiça, já acusada de não funcionar e de garantir a impunidade de criminosos de colarinho branco.

O novelo de contradições resultante dessa situação dificulta a governabilidade, desmoraliza as instituições e, portanto, enfraquece a democracia.

A falta de comando do presidente permitiu, na noite de quarta-feira, que o plano de estabilização econômica do ministro Fernando Henrique levasse um primeiro e destruidor torpedo, lançado pelo próprio líder do Governo, deputado Roberto Freire. A Câmara dos Deputados aprovou, em votação simbólica, a reincorporação de 47 mil funcionários federais demitidos no Governo Collor.

Custo mínimo: US\$ 2,5 bilhões, segundo o Ministério da Fazenda. Resultado imediato: os parlamentares que se opõem ao aumento de 5% dos impostos imediatamente declararam que o Governo que consente tal despesa não precisa de recursos emergenciais.

Outra contradição, detectada pelos parlamentares especializados: no orçamento deste ano, 16% das despesas destinam-se a pagamento de pessoal e encargos, e 15% a benefícios previdenciários, dando um total aproximado de US\$ 26 bilhões, incluindo o 13º salário. Ora, no item 53 das propostas para reduzir a inflação, que trata das despesas não financeiras do orçamento a ser encaminhado ao Congresso, alocam-se para esses itens, respectivamente, US\$ 24 e 19,2 bilhões, o que soma US\$ 43,2 bilhões. Perguntam: será que o Governo prevê um festival de aumentos do funcionalismo e da Previdência da ordem de US\$ 17 bilhões no ano que vem?

Acrescentem-se a essas indagações, que dificultam ainda mais a aprovação das propostas para se conseguir um déficit zero ano que vem, as que surgem do próprio funcionamento do Congresso. As acusações entrecruzadas de partidos políticos sobre tentativas de proteção a parlamentares que estariam envolvidos na CPI do Orçamento, como Ibsen Pinheiro e Roseane Sarney, poderão retardar mais ainda as punições dos anos, indispensáveis ao fortalecimento do Congresso e, portanto, à legitimidade da revisão constitucional. Com a revisão empacada, não há possibilidade de se aprovar o Fundo Social de Emergência, outro pilar do plano FHC2.

Resumo: o novelo das contradições arrisca a tecer uma túnica de Nessus, a que Djanira, por ciúmes, deu a Hércules, provocando sua morte. E Hércules nem era candidato a presidente da República.